

# OS DILEMAS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL<sup>1</sup>

*Zilda Márcia Gricoli Iokoi<sup>2</sup>*

A constituição do Estado nacional e a República foram tecidas com a manutenção de privilégios, como a ausência de um corpo social capaz do reconhecimento das diferenças, definindo-se a permanência ou a perpetuação das chamadas elites agrárias que se constituíram também como grupos dirigentes urbanos. Creio que esse é um ponto central para que possamos refletir sobre a longa duração histórica que faz com que o projeto colonial português de certa forma ainda esteja de pé, e como ele não é mais o do século XVI.

Trata-se de um projeto de concentração e exclusão, de privilegiamento e patrimonialismo, do salve-se quem puder. E quem puder faz acordos e alianças para defender as suas questões pontuais. Creio, então, que esse é um ponto importante nessa discussão sobre a realidade agrária brasileira. Gostaria de ressaltar esses processos de exclusão como momentos de confronto entre os grupos sociais e as dificuldades de organização e manutenção, tanto do projeto vencedor, quanto dos projetos que estiveram em disputa ou em discussão, e não se configuraram vencedores. A historiografia tem tratado de recuperar as memórias plurais, apagadas pelo discurso vencedor que ocultou as várias lutas. Creio que esse é um momento importante inclusive para se re-pensar sobre os equívocos, bem como sobre as tentativas de homogeneização que envolvem os dirigentes políticos nacionais, e como, nas franjas desse processo, os vários irreduzíveis se apresentam demonstrando o contrário.

Uma questão que me parece muito importante, tratada por José de Souza Martins<sup>3</sup>, está colocada na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Eu não sei se posso concordar totalmente que todo o projeto abolicionista se fez sem uma interface de confronto e conflito com as rebeliões escravas. É

<sup>1</sup> Texto elaborado para a mesa-redonda "A realidade agrária brasileira no entendimento do mundo atual: impasses políticos e perspectivas", que abriu o CICLO DE DEBATES SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA promovido, em outubro de 1994, pela Comissão de Assuntos Agrários da AGB-DEN.

<sup>2</sup> Prof. Dra. do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

evidente que elas não tiveram uma emergência, uma tessitura que permitisse a formulação de um projeto que se autonomizasse e pudesse ser vencedor, mas ocorreram enfrentamentos - especialmente dos grupos urbanos - sobre as questões que estavam sendo colocadas já no século XVIII e depois no século XIX, que levam as elites a pensarem um projeto de emancipação que não só excluiu a existência da memória da escravidão, mas que apagasse a visibilidade do negro. Deste modo, as elites criaram todo um tecido para a introdução das formas remuneradas do trabalho imigrante, mas nos mesmos padrões e nas mesmas estruturas da compulsão escrava propriamente dita. Ignorou-se inclusive a existência de escravos de ganhos, que já trabalhavam como empregados para seu sustento e o do senhor. É interessante perceber que a parceria, o arrendamento e a meiação, submetiam o conjunto da família camponesa e não os indivíduos portadores da força de trabalho.

Uma questão importante a pensar é que foram vários os projetos emancipacionistas. Não foi apenas o que venceu. Existiu grande polêmica no século XIX sobre "o que fazer com os negros?". Afinal de contas, os escravos não podiam mais serem compulsoriamente mantidos na estrutura do trabalho; era preciso uma reatualização, porque as fontes fornecedoras estavam bloqueadas; a tentativa de ainda estender um pouco mais a forma e a função da escravidão foi feita com todo um jogo do mercado interno, já experimentado no século XVIII quando, do Nordeste, deslocam-se para a região das minas, e depois para a região da produção cafeeira grandes contingentes de negros escravos. Deste modo, o tema já estava sendo debatido pelas elites.

Três propostas foram apresentadas no Parlamento. Uma era regeneradora, isto é, pensava-se num processo de educação para civilizar os libertos. Essa era a proposta que agregava a menor quantidade de parlamentares e de intelectuais, que insistiam na necessidade de aproveitamento dos escravos na sociedade nova, dos direitos, para que eles pudessem, então, graças à educação, serem úteis e civilizados. Uma outra proposta era a de excluir inteiramente esse grupo, baseada nas teses da eugenia<sup>4</sup>. A idéia seria a de iniciar um processo de "deslocamento dos negros para um determinado lugar desse país", e deixá-los absolutamente "guetados" numa certa região, para introduzir o branco europeu nas mesmas estruturas de trabalho do ex-escravo, para que ele pudesse ser, ao mesmo tempo, fonte de modernização, atualização, e produtividade, na moderna economia agroexportadora. A questão da produtividade era colocada, já naquele momento, como uma questão importante, pois a discussão sobre o fim da escravidão se fazia pela negação do escravo enquanto um trabalhador produtivo. Os escravos eram tidos como indolentes, sem produtividade adequada aos

<sup>4</sup> MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria. Onda negra, medo branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.

novos tempos e mercados; uma outra proposta era a que defendia o processo da miscigenação, que mais tarde iria ser discutido pela vertente sociológica de Gilberto Freyre<sup>5</sup>.

Esse embate entre as próprias elites permite visualizar duas questões muito interessantes. De um lado, a existência de um temor da libertação como uma possibilidade de o negro entrar na sociedade dos direitos. Os brancos temiam que a memória da escravidão e da compulsão, do passado de todos os anos de violência no tronco, da desagregação de famílias, do uso sexual dos escravos, não pudesse ser esquecido, e se tornasse um entrave à sociedade dos direitos, porque eles teriam a memória dessa violência para se interpor contra as elites. Daí a tese do medo branco muito definida e configurada nos debates parlamentares e na imprensa; nas cartas; nos relatórios dos próprios fazendeiros, de que não podiam aceitar a possibilidade de uma interlocução, em igualdade, com esse grupo social. Quer dizer, estava claro, na discussão, que não se tratava de configurar uma transição que reafirmasse a possibilidade dos direitos. O que se tinha em mente era uma articulação interessante entre os possuidores de terras, ou os assim chamados de proprietários, do que fazer com toda essa escravaria que teria, nesse passado de lutas, perdas a cobrar das elites dominantes.

A outra questão que me parece muito importante ainda nesse momento, é que toda a articulação feita em torno da transição do Império para a República foi uma articulação que transformou o público em privado. Havia toda uma ingerência dessas elites dominantes, no sentido de fazer uso privado das esferas públicas através de articulações muito claras. O poder regional continua nas mãos dos grupos regionais, ou seja, a velha estrutura municipalista se reafirmava com o estabelecimento ou manutenção das oligarquias onde elas estivessem e com o poder que tinham, e o centro político, o Estado, articulando-se num jogo de favorecimento e privilegiamento para, exatamente, se constituir como centro político. Então, a instância organizativa da cafeicultura, definindo o poder nacional, não se fez contrariamente aos grupos regionais que estavam estabelecidos<sup>6</sup>. Houve até uma legislação nessa direção, a chamada política dos governadores (1898), articulada por Campos Sales, para manter exatamente essa ordem estabelecida entre o arcaico da política regional e o moderno da política do Estado nacional. Estes dois níveis passaram a se articular em cooperação, e em aliança estratégica na manutenção de um Estado que se constituiu

<sup>5</sup> FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 20ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.

<sup>6</sup> Ver FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 2v. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1979; SAES, Décio. O Estado burguês no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986; VIOTTI, Emília. Da monarquia à república. São Paulo, Grijalbo, 1979; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Lutas sociais na América Latina. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.

com a privatização da produção, da arrecadação, e do direito, e não com a legitimação de uma sociedade que escondia o tema dos direitos. A socialização dos prejuízos já estava na reforma de Campos Sales, em 1898. Ela foi explicitada com clareza, definida legalmente, e imposta para o conjunto da população exatamente para manter a hegemonia e o domínio desses grupos, definindo que os recursos públicos estariam muito mais vinculados à manutenção dessa hegemonia e desse poder.

O que os militares fizeram em 1964 foi um golpe que tem uma tradição histórica, tem uma lógica nessa tradição histórica. Penso que os militares em 1964 foram muito hábeis, porque modernizaram o país na sua interface com a mundialidade que já estava colocada, pois o nacionalismo populista era, naquele momento, uma excrescência de um passado morto que não tinha possibilidade de manutenção na economia mundializada após a Segunda Guerra Mundial.

Outra questão que me parece muito importante, é a interface entre o urbano e o rural. Não há, na História brasileira, uma distinção e uma separação entre estes dois níveis da vida social. Desde o início, com a manutenção da economia monocultura de exportação, a inter-relação rural e urbano é definida no urbano sobre o rural, e este nível vive exatamente os dilemas de um projeto de modernização que se assenta nas estruturas coloniais e latifundiárias. Não houve rompimento entre esses dois grupos, e sim uma acomodação. Emília Viotti, num trabalho muito interessante, relata que, se os cafeicultores tivessem conseguido mudar o sistema de representações, e aberto um pouco mais a possibilidade de penetração desses grupos novos na estrutura do Parlamento propriamente dito, sequer teria sido discutida a República, porque a Monarquia não era um impedimento para esses grupos<sup>7</sup>. Era o fechamento da possibilidade de representação do setor novo, que cresceu economicamente a partir do início até o final do século XIX, e que não tinha acesso às definições políticas sobre a imigração subvencionada, sobre a necessidade de uma rede ferroviária que atendesse aos interesses de cada proprietário, onde cada bitola da ferrovia deveria chegar na fazenda de cada proprietário para promover o escoamento de sua produção, etc. Era por essas questões que eles precisavam do Estado, para fazer toda uma política de beneficiamento desses interesses privados que iriam sair das reservas do fundo público.

Até a reação monárquica, que tanto foi enfatizada pelos primeiros governos republicanos, foi forjada. Não havia de fato uma reação monárquica anti-republicana que desse conta de levar à frente um projeto de restauração adequado e consistente. A reação monárquica serviu de elemento de articulação das duas repressões sobre o campesinato no início da República, os episódios

<sup>7</sup> VIOTTI, Emília, *op. cit.*



que envolvem Canudos e o Contestado. Atacados como reações monárquicas, intitulados como reações monárquicas, a população aí envolvida foi simplesmente morta, liquidada<sup>8</sup>.

Então, para a questão agrária, criou-se uma forma de repressão absoluta desde o começo do século. Para a questão urbana, existiam mediações que passavam por discussões e aplicações de leis, e solidariedades que se teciam nesse processo. O movimento operário do começo do século foi bastante reprimido, especialmente o movimento anarco-sindicalista, que representa uma parcela pequena do movimento operário, mas essa repressão passou por mediações e articulações urbanas que impediram um massacre absoluto, como ocorreu com a população camponesa.

De um lado, uma força fundamental e importante na manutenção da estrutura do domínio e na do direito à propriedade. Mesmo a lei de terras sequer foi regulamentada ou aplicada na sua integralidade. O Estado definia que as terras devolutas seriam aquelas que sobrassem depois que os "homens bons" se apresentassem para dizer quais seriam as suas áreas de posse em regime de concessão governamental, e como isso não se deu de forma clara pelo país inteiro, mas apenas na região nova, houve uma indefinição sobre as terras que continua até hoje sem solução. Há problemas que são muito interessantes. Os proprietários de terra reclamam sobre os seus direitos de propriedade, e esses direitos são bastante questionáveis. Quando os camponeses reclamam sobre os seus direitos de domínio, eles são imediatamente questionados. Há inúmeros exemplos de processos de dupla mão, no que se refere à própria questão do direito sobre a posse, ou sobre o domínio, etc.

Uma coisa que me parece muito importante, um pouco para questionar essa tragédia, ou seja, os assassinatos rurais de índios, posseiros e mediadores, é que na reversão desse processo nós não poderíamos ter expectativas de que as elites, elas mesmas, encontrassem alternativas para a sobrevivência dos de baixo<sup>9</sup>. A História tem mostrado que as elites rearranjam as suas formas de dominação e continuam agudizando-as até o limite. Eu não tenho nenhuma expectativa de que o vice-presidente Marco Maciel faça alguma coisa distinta do que já fez até agora, não devido ao cargo que agora ocupa, mas porque faz parte desse grupo de oligarcas que são modernos e arcaicos ao mesmo tempo, como

<sup>8</sup> Ver PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo, Brasiliense, 1974; MONIZ, Edmundo. A guerra social de Canudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969; MONTEIRO, Duglas. Os errantes do novo século. São Paulo, Brasiliense, 1976.

<sup>9</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos sociais no campo - Relatório da Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 1992; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e camponeses: a teologia da libertação e os movimentos sociais no campo - Brasil/Peru. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 1990.

Martins chama a atenção. O questionamento do que está sendo posto só pode ser exercido se nós tivermos de fato os de baixo, como diz o Florestan Fernandes, numa luta que pode não ter conseqüências definidas no curto prazo, mas que são fundamentais para a reversão dessa violência da exclusão e da dominação.

Desse modo, gostaria de refletir sobre alguns momentos que me parecem importantes na história do Brasil, para percebermos um pouco essa perspectiva. Eu discordo inteiramente que as classes subalternas, especialmente os camponeses, não tenham possibilidade de vir à cena pública exigir seus direitos. Eles têm vindo, e de uma forma muito radical em determinados momentos, e têm sido freados, de certa forma, pelos mediadores. Se você pensar como, em diferentes momentos, a população camponesa armou os seus processos de enfrentamento, por conta de suas necessidades específicas, pontuais, localizadas, que não se generalizam imediatamente, mas como ela armou todo esse seu processo de luta, é difícil perceber que a questão agrária se coloca enquanto tal, porque a população rural se levanta em luta, e trabalha no sentido de fazer valer alguns dos direitos que envolvem a sua sobrevivência.

Então, o que tem acontecido ao longo deste século XX no que se refere às lutas da população rural? Tomando os dois momentos mais importantes dessas lutas, Canudos e Contestado, penso ser possível realizar uma interlocução, quando eles se colocam, já que o centro da luta não é o que está estabelecido. São ações, articulações e movimentos que nascem da própria experiência cultural e de vida dessas populações, que cruzam as religiosidades populares, camponesas, com a questão da necessidade de ocupação de uma área. Elas aparecem na cena pública como questões políticas. Imediatamente o Estado as classifica politicamente.

Canudos é uma reação monárquica que vai interpor-se contra a República recém-instalada? Oras, não passava, no universo de reflexão daqueles sujeitos, qualquer relação com o poder tal como concebido pelas elites dominantes. A história de Antônio Conselheiro chegar ao governador Luís Vianna para pedir dinheiro para construir a capela de Monte Santo, e ser cobrado de pagamento da bula dos impostos, promove uma reação interessante. A República é o poder que exige que se pague impostos. Antônio Conselheiro considera a República como o cão! Dom Sebastião voltaria e iria fazer acabar com essa brincadeira! Rasga a bula dos impostos. Foi Luís Vianna que fez a ação de Conselheiro, em Monte Santo, virar uma ação política de natureza nacional. Em primeiro lugar, o governador, para atrair dinheiro do governo federal, acusa essa população de monarquista, e depois, como não dá conta de reverter a ofensiva desse grupo, que ocupa uma terra abandonada no sertão, para construir a chamada comunidade santa, baseada na Utopia do Thomás Mórus, tenta justifi-

car seu fracasso e violência. Para os canudenses, o sentido religioso não está submetido às instâncias institucionais da Igreja. Procuram resolver ali, naquele lugar, naquele espaço, as necessidades desse grupo, que num primeiro momento, em procissão, como andarilhos, se fixam numa outra dimensão, simbólica, em busca do reino encantado, e não da política nacional, ou da realidade do Estado nacional. Para eles não estava em questão as articulações com a República, que se criara pela ação dos partidos, eleições, direitos. Isso não passava pelo universo da vida dessas pessoas, e não passa ainda para uma quantidade enorme de pessoas que estão espalhadas por esse país, não apenas no espaço rural, mas também nos espaços urbanos.

José Murilo de Carvalho<sup>10</sup> fez um estudo muito interessante sobre a frase do Aristides Lobo: "o povo assistiu bestializado à proclamação da República." Ele diz que o povo não assistiu bestializado. Trata-se de uma população urbana que se interpôs contra a norma de privatização do espaço público republicano, e que briga quando se vê impedida de usar os quiosques, as tendas, ou a rua, quando as casas forem invadidas, quando suas mulheres tiverem que tomar vacina.... Quer dizer que a questão política passa por um outro caminho, que não é o do Estado, porque o Estado não representa nada para essa população no sentido de que ela possa visibilizar nele uma interlocução, uma necessidade, ou uma possibilidade de enfrentamento. As populações periféricas também. O que o Estado representa para essa massa dos excluídos? No que o Estado os representa? Como os apóia? Eles não têm educação, saúde, emprego, moradia, possibilidade de atendimento de forma nenhuma. A questão política passa por outros caminhos. Os caminhos que estão fora da modernidade institucional. Isso é uma dificuldade. Isso é um problema.

Quando essa população - retomando Canudos e Contestado - é atacada, vive-se uma interferência política, e se arma um processo repressor sobre ela, vitimando-a pela ação de um Estado que não tinha nenhuma relação com as necessidades do cotidiano, e com aquilo que elas representavam. Então ela vai ser vítima. Por isso, Euclides da Cunha fez seu mea culpa não só em *Os Sertões*, mas depois, quando ele escreve *À margem da História*, dizendo que a República matou esses coitados, idiotizados pelo poder que os destrói e os desqualifica para manifestar sua força. Em Canudos existia toda uma articulação de sobrevivência "autogestionária", se quisermos usar um termo dessa natureza, que vai ser impedido de realização por parte do Estado.

E qual a memória<sup>11</sup> que sobra?

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; CHALHOUB, Sidnei. *Lar, trabalho e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1989; Idem. *Visões da liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

<sup>11</sup> BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. *História: cativa da memória?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.

Não sobra memória de Canudos, de uma interlocução política que enfrentou a República. Sobra a memória dos bárbaros, coitados, que precisavam de reformas sociais, e que não tiveram nada a enfrentar ali. Eles foram vítimas de um processo. Vítimas ativas. Morreram todos em combate. Mas essa memória esfacelada oculta as possibilidades do repensar as lutas. Em cada episódio, o que faz a classe dominante? Ela mata a memória e constrói uma história, do seu ponto de vista, sobre a rebeldia e a insurreição popular, desqualificando como rebeldia e enfrentamento, e criando a trajetória do seu ponto de vista. As memórias plurais das lutas desaparecem, e ao desaparecerem não permitem a constituição de uma História que faça confronto com a versão dominante, que combata a versão dominante. E a esquerda incorpora essa história. Não a das memórias plurais, mas a história linear que vem do projeto de dominação vencedor, sem pensar quais foram as interlocuções, as pequenas vitórias, as reações desses grupos sociais sobre o projeto de dominação.

O que acontece então? A cada momento nós reinauguramos em nossa História o mito da fundação. A cada momento o mito da fundação está de pé. O passado não existe, é daqui para frente: o recomeço. Qual é a consequência fundamental do eterno recriar do mito da fundação? O salvacionismo. Se o mito da fundação tem que ser reinventado a cada momento, se as pequenas vitórias, se os embates, não se põem ao longo da história como possibilidade de construção, não só das memórias plurais, mas de uma História que incorpore esses tecidos, o mito da fundação exige, sempre, a postura salvacionista daquele que o reinaugura.

É por isso que a República aparece como o novo que desagrega todo o passado colonial e toda a estrutura do Império, articulada, ainda, com o Estado português, mas se nós formos pensar concretamente a fase final do Império, no Segundo Reinado, ela é absolutamente mais liberal do que foi a República, pois as grandes reformas estão colocadas naquele período histórico.

Deste modo não se pode dizer que a Abolição se deu por uma ação efetiva das elites. Ela se deu pela ação das elites intelectuais, mas também porque houve um impacto de muitas lutas: assassinatos de proprietários; guardas-negras no Rio de Janeiro; populações emergentes atacando as propriedades, roubando o senhor; fugas; fortalecimento do Quilombo Jabaquara em Santos, por exemplo; ou ainda, como diz num depoimento uma escrava presa, "todo mundo rouba o senhor, primeiro o passarinho, depois o escravo, e depois os outros..."

Como essas lutas se engendraram? Pela constituição de um projeto abolicionista que freasse a Abolição. Se coloca um pé no freio da emancipação dos escravos, devido aos interesses das elites que queriam esticar o máximo possível a manutenção da escravaria sob seu controle. Tratava-se de um capital

que não poderia ser perdido. Houve um impacto de lutas positivas que são apagadas para não estimular mais conflitos e desse modo ocultam-se as memórias. Com a Lei Áurea, os escravos foram fazer sete dias de festas no Rio de Janeiro em homenagem à princesa Isabel, mas também a todos os que morreram na luta contra o poder branco. Houve gratidão à redentora?

Sim e não. Sim, porque, de fato, o que houve naquele momento foi expressão de uma possibilidade de acabar com a condição jurídica de ser escravo. Não, porque vinha também a comemoração de vitórias e lutas que se deram por caminhos difíceis, não radical, coordenado, mas que se realizou no enfrentamento. Se se fizer a leitura de que as elites são o sujeito exclusivo dessa História, e não se analisar o ponto de vista do vencido, perde-se a dialética e o nível teleológico atinge a História.

Outra questão que me parece importante, é a de como ressurgem a questão de Canudos e Contestado. Maria Isaura Pereira de Queiroz, quando faz o seu estudo sobre o messianismo, incorpora, de fato, o potencial de rebeldia que existia nessas articulações e faz um belíssimo trabalho de recuperação de inúmeras lutas, de inúmeras naturezas, mas insiste que essas lutas têm um caráter pré-político, porque elas não conseguem ser generalizadas a nível de um projeto nacional, nem mediadas pelas instâncias modernas, partidárias. Depois, na década de 60, Canudos ressurgem como a nossa revolução maoísta. No texto do Edmundo Moniz, A guerra social de Canudos, Antônio Conselheiro e os demais dirigentes organizaram a revolução socialista. Nesse tipo de recuperação, Moniz impõe o presente ao passado e, de forma modelar, procura aprisioná-lo à lógica de sua necessidade política. Cria-se uma falsa memória para instrumentalizar a história. O resultado sempre é muito perigoso<sup>12</sup>.

Deste modo, recriar a cada momento o mito da fundação é uma coisa perversa, pois nega as possibilidades dos enfrentamentos e das lutas. É perverso porque faz a esquerda e a direita criarem o começo de tudo. Então, a República inaugura a modernidade, a Revolução de 30 inaugura a possibilidade do desenvolvimento industrial, o Estado Novo vai rearranjar tudo, isto é, mata tudo o que houve antes, e depois temos ainda a redemocratização; 1964; a Nova República; e a Novíssima República. Quer dizer, tudo começa do zero, e assim as noções da longa duração e as estruturas perversas que continuam não têm possibilidade de serem explicitadas, de serem discutidas e debatidas, e isso produz enganos, porque se eu não tenho a recuperação das permanências, e em que nível de permanência essas questões se põem, não se pode fazer de conta que nada aconteceu. Isso faz parte da necessária articulação dos projetos de dominação e dos projetos da resistência.

---

<sup>12</sup> LE GOFF, Jacques. O tempo das catedrais. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Antônio Cândido<sup>13</sup> tem uma frase lindíssima: "É preciso buscar a radicalidade do pensamento conservador". Ele faz o exercício no século XIX para mostrar como, na transição da escravidão para as formas outras de contratação do trabalho, existia uma radicalidade que se perdeu, porque na mediação o conservadorismo impediu a própria radicalidade que estava no pensamento conservador, ou seja, a incorporação dos escravos no processo de organização do trabalho.

Uma questão que me parece também bastante interessante, é que a população urbana não consegue atacar claramente a problemática dos direitos. A população urbana está muito mais matrizada por todos os vícios da nossa História vinculados ao favoritismo, aos privilégios, e ao corporativismo estreito. Quem tem atacado mais dura e fortemente a questão dos direitos são os camponeses. Porque tocam no coração do problema. A questão da propriedade é fundamental, mas não é a propriedade enquanto uma possibilidade de título que a legitime, mas o domínio monopolista sobre a terra por parte não só das velhas oligarquias, mas do empresariado moderno, que se articula na mesma direção, porque ambos utilizam os seus privilégios, os incentivos fiscais, a relação direta com o Estado, o favor pessoal, enfim, ambos usam essa mesma estratégia, que tem sido combatida e revelada pela luta do campesinato, independente de ter conseguido pôr em cena uma proposta de reforma agrária mais ou menos consensual.

Quero dizer, então, que existem dificuldades enormes, porque para cada uma das possibilidades, os projetos devem ser distintos, mas os mediadores não conseguem trabalhar com essas diferenças, pois têm um viés e um vício teórico de ler homogeneamente realidades que são muito diferenciadas.

Creio que um exemplo do que está acontecendo nessa direção pode ser analisado no cotidiano da população negra, remanescente de quilombos. Estamos estudando as comunidades negras no vale do Ribeira. Até a década de 80, ninguém tinha notícia da existência delas. A partir daí, essas comunidades emergem, porque os ambientalistas, na iminência do perigo da construção de barragens no Ribeira, encontram essas comunidades, alimentando uma discussão sobre a problemática das barragens. Esses mediadores estão preocupados com a construção das barragens. A população, entretanto, manifesta-se mais claramente contra as reservas extrativistas que lhes tirou a extração do palmito, a possibilidade de plantar, a possibilidade da sobrevivência naquela área, do que quanto às barragens. Eles falam da reserva extrativista e os mediadores colocam em suas falas o problema das barragens que estão sendo projetadas desde a década de 1950 para o médio Ribeira.

<sup>13</sup> MELLO e SOUZA, Antônio Cândido. Discursos sobre a cidade. São Paulo, Brasiliense, 1992.



Lourdes de Fátima Carril<sup>14</sup>, que estuda as comunidades de Pilões, Sapatu e Ivaporanduva, dizia: "como nós vamos fazer uma história do que não foi?" Porque as barragens não foram construídas. Como é que eles se organizam por causa de uma barragem que não existe? Os mediadores, que são os ambientalistas (SOS Mata Atlântica, Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros), querem que essas populações negras, que vivem desde o século XIX na região, lutem contra a construção da barragem. Mas é o projeto dos ambientalistas de transformar toda aquela área em reserva ecológica que mais atrapalhou a vida daquela população, uma vez que lhes impuseram a fome, proibindo-os de plantar na área. Entretanto, aliaram-se ao grupo dos atingidos por barragens e lutaram contra o governo e os interesses dos empresários. Enquanto isso ocorria, não se podia mais tirar o palmito. Quando lhes perguntáramos sobre a proibição, respondiam: "Não sabemos, mas agora isso aqui é reserva, e assim não se pode colher." Conforme iam falando, contando a história, percebia-se que o discurso dos ambientalistas promovia uma dupla significação na vida da população. O processo de lutas, que não tem relação direta com os problemas sentidos no nível imediato pelas comunidades, e aqueles colocados por seus aliados, que os impedia de prosseguir sua sobrevivência em nome da proteção ambiental.

Não é só na ação que os problemas aparecem, mas também na recuperação dessa multiplicidade de memórias. Eles não se diziam remanescentes de quilombos, nem sabiam que eram remanescentes de quilombos até que o tema foi introduzido na cena pelos mediadores. Existem uns quatro ou cinco velhos que lembram da escravidão. Esse tema não estava sendo discutido. Foram os mediadores que introduziram a idéia de que aquela terra era remanescente de quilombo, e que eles poderiam entrar na justiça para sua preservação exatamente porque o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal define titulação às terras remanescentes de quilombos, e desse modo a comprovação e a organização passam a ser urgentes. Do outro lado, por ser terra de negro, considerada sem dono, o Grupo Votorantim pressiona o Governo Estadual para iniciar imediatamente a construção da barragem. Os moradores de Sapatu, Ivaporanduva e Pilões, debatem-se entre esses fogos.

Creio que para podermos fazer a crítica das mediações temos que fazer um esforço de recuperação da trajetória dessas lutas, dos impasses dessas lutas, das memórias plurais que essas lutas guardam, para verificar o seu resultado nos embates com o Estado. Algumas dessas lutas conseguiram colocar em pauta questões que foram mediadas, circunscritas, parcialmente pensadas, demonstrando ser essa população possuidora da condição de sujeito. Outras, en-

<sup>14</sup> CARRIL, Lourdes de Fátima. Terras de negros no vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1995.

tretanto, firmaram-se no limite do pacto das elites, cuja estratégia é a manutenção da estrutura do que está colocado em termos de arranjo de forças, impedindo que alguma coisa nova possa vir a acontecer. Deste modo, os mediadores, especialmente os intelectuais, que têm a pretensão de criar a sociedade para serem seus agentes políticos e culturais poderosos, preferem o jogo do grupo que está no poder, contra os que estão submetidos às poderosas forças de exploração.

Retomando os dois projetos que estavam em disputa em 1994, nas eleições presidenciais, considero que ambos cometeram o mesmo equívoco de reinaugurar o mito da fundação. O PT negou a memória das lutas constitutivas do próprio PT, na medida em que afirmou e reafirmou que nenhuma delas produziu mudanças. As diretas-já não serviram para nada; o impeachment não resolveu a corrupção; a CPI não foi suficiente, cabendo assim, salvacionistamente, agora ao PT, resolver o problema geral do país. Não cola, não dá certo, ninguém se identifica, isto é, não dá para entrar nessa articulação negando a ação do outro. Se eu não me vejo, eu não vou! Não tem nada a ver comigo! E se tudo o que eu fiz não serviu para nada, então, até logo e passe bem! Não é por aí. Esse é um problema, pois na perspectiva do que está do outro lado, o que se tem? Tem-se uma trajetória intelectual que está na obra do Fernando Henrique Cardoso, e que não é nova. Para ele, a sociedade que vem da escravidão não tem condições de propor um projeto de modernização. As elites têm demonstrado que sua ação provocou graves derrotas às lutas populares, para não mudar o país. Tudo o que se avançou foi por conta dos movimentos sociais, que conseguiram se expressar mais ou menos radicalmente, e, deste modo, ampliaram algumas questões envolvendo os direitos sociais. Acho que aí está o ponto. O que está na obra de Fernando Henrique Cardoso é fruto desse modo de ser intelectual na periferia. Os parâmetros de comparação são colonialistas, desqualificadores e motivados pela vergonha de ser terceiro mundo. Os intelectuais se pensam como centro, como primeiro mundo. A dimensão desse grupo de intelectuais que também pensa o mundo como subalterno, que desqualifica as lutas porque também não as conhece, ou se as conhece não quer qualificá-las, se justifica pelo imaginário sobre o que ocorre no exterior. O tema mais claramente identificável é o da avaliação sobre o sistema público de ensino contra o sistema privado nos Estados Unidos. Perde-se os fundamentos históricos e analisa-se os resultados.

Então, essa questão do mito da fundação e o salvacionismo são estratégias da dominação que sobrevivem com essa longa História, onde são ignoradas as singularidades radicais pela homogeneização do todo.

Desse modo, algumas das questões são muito importantes. Essa população negra que vive no vale do Ribeira revela, no dizer de Dona Antônia, o

seguinte: "Antes a gente sabia tudo! Sabia fazer o sabão de cinzas, sabia fazer o guisado pro menino, sabia fazer o mingau, sabia plantar. Era uma alegria! Agora, ninguém faz nada! Deixa a terra pra se empregar fora, abandona o trabalho, não ensina os meninos, tudo fica perdido e abandonado. Hoje ninguém trabalha, só quer ganhar dinheiro." É uma outra dimensão do trabalho. É uma dimensão do trabalho que não foi partido, que tem uma integralidade com a cultura. E essa senhora, que tem noventa anos, diz: "Agora é tudo um bando de vagabundo, porque fica atrás do dinheiro e não faz nada!"<sup>15</sup>.

Esse discurso mostra coisas muito importantes para pensarmos. Há uma memória do trabalho humano, criativo, construtivo, integralizado na cultura e na vida, que vai se perdendo com a chegada do estranho, como diz José de Souza Martins, e que vai criando outras possibilidades e formas que são mais desagregadoras. Essa mulher, quando reclama, evidentemente tem um conflito com os filhos que já estão no trabalho parcelar, e ela os quer para poder cuidar daquele pedaço de terra, das crianças, e não deixar todos saírem fora. "No meu tempo não precisava mandar criança pra escola. A gente ensinava aqui mesmo. Agora manda pra escola e elas não aprendem nada!". Tem um padrão de crítica e uma necessidade de recuperar essa identidade que está se perdendo, porque a perda é do todo. É o estranhamento total.

Noutro lugar, muito distante do vale do Ribeira, no Acre, quando observava a forma da produção de um camponês, eu não sabia muito bem o que estava acontecendo, um emaranhado de plantas misturadas, e queria entender porque se plantava daquela maneira. Seu Antônio não conseguia entender minha pergunta. Eu insistia: porque se planta dessa maneira? Um dia, ele começou a falar da chuva, foi aí que pude que aquele modo de plantar criou a agricultura de sombra naquela área<sup>16</sup>. São conhecimentos, são intervenções, que precisam ser reconstituídos na História. Não será possível acabar com o discurso da civilização X barbárie se não for recuperado o conhecimento das populações camponesas ou tradicionais, qual o significado desse múltiplos saberes para o homem moderno, e como a pluralidade enriquece o modo de vida de todos.

A face do Estado brasileiro é a da composição das elites. A violência que se arma nesse processo de articulação, onde o poder pessoal, o não cumprimento das leis, e a transformação do público em privado, são componentes estratégicos fundamentais, se impõe para a nação. Se recuperarmos a constituição da urbanização no Rio de Janeiro, quando a população negra foi empurrada para o morro, num processo articulado com a polícia e com os proprietários

<sup>15</sup> CARRIL, Lourdes de Fátima, op. cit.

<sup>16</sup> Perguntei a seu Antônio: Porque se planta assim? Ele respondia que era assim mesmo. Quando choveu ele disse: a senhora sabe que a chuva aqui é ácida? Por isso aproveita-se a sombra das castanheiras nativas para plantar embaixo frutas, feijões de vara e hortaliças. (Pesquisa de campo).

portugueses, para fazer acordo de ocupação espacial - "Tu fica ali, no morro, e aqui no botequim eu não te prendo, se acontecer alguma briga eu escondo..." - entenderemos o que ocorre hoje. O tecido foi tramado assim. A própria constituição da cidade do Rio de Janeiro no período republicano é fruto desse processo de inter-relação entre a polícia, o bandido e o proprietário, que hoje aparece com a clareza no contrabando de armas e no narcotráfico, onde as autoridades estão também presentes. Como é que as elites vão responder a isso se elas são parte desse processo, se elas são parte substantiva da montagem desse processo? Não tem sido a população miserável, que essa é vítima, a criadora desse esquema que em geral atua com as regras dos outros grupos sociais estabelecidos pela ação da classe dominante. Assim, é preciso ter um pouco o cuidado na recuperação dessas lutas, para que se possa encontrar o fio condutor da história, cujas rupturas são tênues. A população perde essa memória, porque migra de um lado para outro e vai perdendo os seus elos. É preciso um conhecimento que reponha a ação em cena para uma discussão, até para se dizer qual a possibilidade dessas elites de fazer alguma coisa, se forem pressionadas a isso.

Ainda nesse processo da longa duração, penso que outro tema muito importante para pensarmos, é o da conciliação. A conciliação foi tecida ao longo da década de 50 do século XIX, exatamente porque a imigração, o fim do tráfico de escravos e a lei de terras, articulavam novos interesses, que foram definidos no campo teórico e na ação política. É só estudar Justiniano José da Rocha, em "Ação, reação e transação", e entender como se tece a problemática da conciliação. Ela é feita pelo alto, é para excluir os que estão incomodando. Aí faz-se o arranjo político, onde a vitória é da conservação, e não da transformação. Liberais, mas não tanto! Como podemos chamá-los de liberais, se nem o direito está constituído para todos? Atualmente tem-se enfatizado que só no nível econômico eles são conservadores. Acho que são conservadores também no nível político. Os empresários não querem que se faça a história das empresas e das suas famílias. Não é para ser feita, uma vez que essa história é altamente reveladora de todas das tramas, articulações e dos jogos de interesses.

Deste modo, define-se que o grande problema está mesmo nas mediações, e está na possibilidade de entendimento dessa trajetória que deliberadamente tira de cena, os pobres, os negros, os camponeses, os índios, etc. Hoje é majoritário o pensamento que aposta num processo de transformação que venha de cima. Não estou de acordo. Para mim, se não houver um grande impacto de baixo, que pode passar pelos linchamentos, pelo massacre no meio da rua, que pode ser feito pela ação violenta dos camponeses, as rupturas vão sendo controladas pelas elites. É por isso que a TV Globo tem procurado mostrar os conflitos destacando seu aspecto moral. Acusa o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de estar ocupando terras nas áreas mais valorizadas. Porque não

vão lá para o norte onde o preço da terra é mais baixo? Afirmam os comentaristas. Está armado o terreno para uma intervenção no MST. Está armado pela rede Globo. Por mais críticas que se possa fazer ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que, de fato, introduziu um discurso de fora para dentro nas comunidades camponesas, e que desagrega essas memórias plurais, eles têm uma coordenação nacional e um nível de articulação como nunca foi visto na História desse país. E os proprietários estão preocupadíssimos. Daí o discurso de encaminhá-los para terras menos valorizadas. É um discurso que tem anos de repetição e aceitação pública. As pessoas dizem: "porque esses Sem Terra não vão pra uma terrinha mais vagabunda? Aqui não! Aqui é área da agroindústria, moderna." Está posto o que vem em seguida.

É preciso também pensar um pouco no limite dessa ação, e em qual o peso que ela tem no enfrentamento. As elites buscam culpados para justificar sua violência porque, mesmo tendo cometido uma série de equívocos, ela vive os enfrentamentos dos de baixo. E isso é velho. Não havia movimento monárquico que abalasse as estruturas da República recém-instalada. Os comunistas nunca tiveram o peso que o Estado dizia ter. O poder constitui, através da construção do não-fato, as armadilhas fundamentais para uma intervenção cirúrgica nos "cânceres sociais". É preciso ter clareza que esse é um dos elementos da longa duração da nossa História. Outra questão que se coloca para o conjunto dos mediadores e dos intelectuais é o da necessidade de quebrar o discurso hegemônico e trazer à cena essas lutas, e essas críticas aos seus limites, aos seus equívocos, etc. Deste modo estaremos contribuindo também para a reemergência de uma memória de conflito e luta que essa sociedade enfrentou.

As elites acusam as classes subalternas de corporativistas, quando o corporativismo foi criado pelo Estado, como o limite para que as lutas populares da classe trabalhadora no urbano não atingisse a política. Foi o Estado que jogou o trabalhador no corporativismo, e o trabalhador que está ainda dentro dos marcos do corporativismo, está vivendo um momento de ter que construir uma outra lógica. No setor de serviços, o movimento da saúde, o da educação, luta por políticas públicas, mais que por salários, denunciam e põem em cena a perversidade desse processo de desagregação. No setor produtivo, tentam fazer um arranjo que tire o Estado de cena. A tão criticada articulação de Vicentinho<sup>17</sup> com as câmaras setoriais, num processo em que a terceirização estava tomando conta de quebrar a institucionalidade do trabalho, é revelador. Quando Zélia Cardoso de Mello disse que jogaria o movimento sindical a vinte anos atrás, foi de fato o que ela fez, ou seja, caíram por terra todas as conquistas corporativas. E o que sobrou? Acho que hoje a questão da luta corporativa tem que ser entendida em movimento, onde o Estado tenta amarrá-la no corporativismo estreito.

<sup>17</sup> Vicente Paulo da Silva, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

ao passo que os sindicatos têm tentado sair desse limite para atacar os dilemas fundamentais da constituição de uma sociedade para os que não têm direitos.

São essas algumas reflexões que pude fazer sobre o tema da realidade agrária brasileira. São questões que devem ser aprofundadas, uma vez que os limites de uma mesa redonda nos permitem apenas pontuar os problemas. Obrigada!

## Referências Bibliográficas

- BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. História: cativa da memória? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.
- CARRIL, Lourdes de Fátima. Terras de negros no vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. Os bestializados. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CHALHOUB, Sidnei. Lar, trabalho e botequim. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Visões da liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos sociais no campo - Relatório da Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 1992.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 2v. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1979.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 20ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e camponeses: a teologia da libertação e os movimentos sociais no campo - Brasil/Peru. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 1990.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Lutas sociais na América Latina. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.
- LE GOFF, Jacques. O tempo das catedrais. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria. Onda negra, medo branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MELLO e SOUZA, Antônio Cândido. Discursos sobre a cidade. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- MONIZ, Edmundo. A guerra social de Canudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- MONTEIRO, Douglas. Os errantes do novo século. São Paulo, Brasiliense, 1976.



PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo. Brasiliense, 1974.

SAES, Décio. O Estado burguês no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1986.

VIOTTI, Emília. Da monarquia à república. São Paulo. Grijalbo, 1979.

## RESUMO

Este artigo trata do processo de estruturação da concentração fundiária no Brasil e dos impasses históricos de uma sociedade baseada no escravismo, no patrimonialismo e nas relações interpessoais. Destaca-se deste modo as lutas pela reforma agrária e as alternativas produtivas criadas pelos movimentos de assentados e de pequenos agricultores na estruturação do desenvolvimento sustentado, especialmente devido à ausência de política agrária e agrícola para esses grupos.

## ABSTRACT

### **The historical dilemmas of the agrarian question in Brazil**

This article deals with the structuration process of the land concentration in Brazil and the historical impasses of a society based on slavery, on patrimonialism and on interpersonal relationships. It emphasizes the struggle for agrarian reform and the productive alternatives created by settlement movements and by small agricultural workers in the structuration of sustainable development, specially due to the absence of the agrarian/agricultural policy for these groups.

---

**Palavras-chaves:** Estado, escravismo, terra, movimentos sociais, longa duração histórica.

**Key-words:** land concentration - slavery - agrarian reform - sustainable development.

---